

## **Parecer de Relator Especial 8/2023**

Protocolo 35902 Envio em 06/03/2023 22:25:10

Ao Projeto de Lei nº **005/2023**

Autor: **Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA**

Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos de colaboração com a Associação Cultural Maestro Cícero Siqueira, conforme especifica.

### **RELATÓRIO**

Nomeado pela Presidência da Casa para analisar e exarar parecer sobre o Projeto de Lei nº 005/2023, relato a seguir, como Relator Especial, as observações que julgo pertinentes à matéria.

Este Projeto visa obter autorização para o município celebrar termo de colaboração com a Associação Cultural Maestro Cícero Siqueira, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 13 de julho de 2014, e suas alterações, a qual estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. No Município, a regulamentação dessa Lei Federal se deu por meio do Decreto Municipal nº 6.090, de 16 de fevereiro de 2017.

A minuta do termo de colaboração a ser celebrado com a entidade acompanham a propositura, assim como os planos de trabalho.

A Associação Cultural Maestro Cícero Siqueira tem por finalidade despertar, incentivar e divulgar todas as manifestações culturais, proporcionando um convívio social agradável entre seus integrantes, participar de momentos significativos da comunidade, no sentido de colaborar para uma melhor qualidade de vida, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Entidade aplicará os recursos financeiros na manutenção das atividades da Escola de Música da Lyra Maestro Roque Soares de Almeida, grupo musical da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

No tocante à constitucionalidade, legalidade e formalidades gramaticais a proposição se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, do art. 14, inciso XI; art. 70, inciso VIII; art. 99, inciso I e art. 183, todos da Lei Orgânica do Município, combinados com o art. 200, parágrafo único, inciso IV do Regimento Interno e art. 30, inciso I, da Constituição Federal.



Já com relação aos aspectos orçamentários e financeiros, é possível observar que o art. 3º especifica as dotações orçamentárias que serão oneradas pelos repasses.

Os recursos financeiros, para a cobertura das despesas decorrentes da celebração da pretendida parceria, alocados ao respectivo fundo, serão repassados à Entidade conforme os critérios estabelecidos na minuta-padrão do termo de colaboração e valores fixados no cronograma de desembolso constantes do plano de trabalho, que acompanha a propositura.

Ademais, o art. 4º dispõe que esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 1º de março de 2023.

Após analisar a matéria e não encontrando vícios que possam impedir sua tramitação, emito **PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 005/2023**, em conformidade com o posicionamento da Procuradoria Jurídica da Casa, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 6 de março de 2023.

**MARCELO GREGÓRIO**  
Relator

